

# Assembleia Municipal de Mêda

Quadriénio 2013/2017

## Ata nº 04 da Sessão de 30 de abril de 2014

Ata da Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada  
no dia trinta de abril de dois mil e catorze



Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante no artigo terceiro da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Sessão ordinária, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Luís Manuel Simão Almeida, coadjuvado pelo Senhor João Paulo Cardoso da Graça Amaral Gouveia e pelo Senhor António Óscar Dias Amaral Sampaio, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários.-- Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:-----

António José Borges Prata, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço, Filipe Manuel Avelino Rebelo, João António Pêgo Zeferino, Maria de Lourdes Vieira Lobão Lourenço, Ana Maria Pereira Abrunhosa, Fernando Manuel Sérgio Jesus, Hermínio José Costa Albino, Luís Manuel Ramos Saraiva, Maria Lucinda Bebras Mano Saldanha, João Maria Diogo Sequeira, Olímpio Filipe Martins Pedro, Armando António Amado Pereira Caramelo, Luís Miguel Pires Marinho, Jorge Miguel Graça Lourenço, Carlos Manuel Marques Videira, Vítor Manuel Almeida Gomes, Mauro dos Santos Amado Frade, Joaquim António Rebelo Santos.-----

Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----  
Celina Marisa Sôto Cardoso-----

Foi justificada a falta e admitida a substituição dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia:-----

Artur Paulo Ricardo Primo (CDS/PP), Presidente da Junta de Freguesia **União de Freguesias de Valflor, Carvalhal e Paipenela**, por António Inácio Amado Flor.-----

Vítor Salvador Soares Lemos (PS), Presidente da Junta de Freguesia de **Longroiva**, por António Norberto Rodrigues Tairum.-----

A Câmara esteve representada pelo Sr. Presidente Anselmo Antunes de Sousa, pelo Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e pelo Vereador Paulo Jorge de Lemos Amaral. -----

Estiveram ainda presentes os Srs. Vereadores: António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

**ABERTURA**-----

Às nove horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão.-----

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA**-----

**O Primeiro Secretário**-----

Procedeu à leitura dos seguintes ofícios dirigidos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal:-----

**Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia** - conjunto de reformas legislativas e regulatórias no sector dos resíduos sólidos urbanos;-----

**Assembleia Municipal de Moimenta da Beira** - deliberação tomada em sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2014 – Moção de repúdio pela política de reforma judiciária, apresentada pela deputada municipal Teresa Cecília Coelho Carvalho;-----

**Em Defesa da Escola Pública** - “Apelo em defesa da Escola Pública”;-----

**Protocolo celebrado entre o Ministério da Administração Interna e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)** - *e-mail* enviado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

**O Senhor Presidente** questionou os Senhores Deputados se estariam interessados em receber uma cópia do ofício enviado pela Assembleia Municipal de Moimenta da Beira – Moção de repúdio pela política de reforma judiciária, apresentada pela deputada municipal Teresa Cecília Coelho Carvalho ou se era suficiente a sua leitura na reunião. Constatando que todos pretendiam receber o referido ofício, solicitou aos serviços para procederem ao envio do mesmo.-----

**O Senhor Deputado Municipal Cláudio Rebelo (PS)** procedeu à leitura do Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Carlos Alberto Fial Pereira, subscrito pelo Grupo Municipal do PS, o qual tinha o seguinte teor:-----

**VOTO DE PESAR**-----

*“Faleceu no passado dia 07 de Março do corrente ano, Carlos Alberto Fial Pereira, que integrou três mandatos na Assembleia Municipal de Mêda, como Deputado Municipal, tendo participado em inúmeras sessões e de forma sempre participativa e democrática.*-----

*Nasceu a 27 de Agosto de 1952, na freguesia de Vila Franca das Naves, mas cedo abraçou a Mêda como sendo sua terra de coração.*-----

*Nos seus 61 anos, dedicou grande parte da sua vida à causa pública, desempenhando diversas funções de natureza política e social.*-----

*No seu curriculum, entre demais referências contam a sua participação ativa na Direção da Associação dos Bombeiros Voluntários de Mêda, que muito contribuiu para o seu bom funcionamento e prestígio da mesma, tendo colaborado na fundação do jornal “O Voluntário”, e na reativação da Fanfarra da Associação com a inclusão de membros infantis de ambos os sexos.*-----

*Foi também, Presidente e Secretário do Sporting Clube de Mêda, entre outras associações e coletividades do Concelho.*-----

*Criou e Presidiu o Núcleo da Liga de Antigos Combatentes de Mêda, pugnando pela existência de uma estátua de homenagem aos mesmos, que sita nesta cidade no lugar dos Três Caminhos.*-----

*A sua mestria, na arte de escrever, perpetuará, na antologia poética do Concelho de Mêda.*-----

*De Carlos Alberto Fial Pereira recordaremos sempre o homem corajoso, frontal, amigo e lutador pelos ideais em que acreditava.*-----

*O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Mêda, na sua Sessão ordinária de 30 de abril de 2014, delibere:*-----

**a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Alberto Fial Pereira, guardando um minuto de silêncio em sua memória.**-----

**b) Remeter o presente Voto de Pesar à sua família.**-----  
*Meda, 30 de abril de 2014*-----

*Pelo Grupo Municipal do Partido Socialista de Mêda".*-----

**O Senhor Presidente** finda a leitura, submeteu à votação o Voto de Pesar, tendo a Assembleia deliberado aprová-lo por **unanimidade**.-----

Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade.-----

#### **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

**O Senhor Presidente** colocou à disposição do público este período a ele destinado, não se tendo verificado qualquer inscrição.-----

#### **ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**-----

Dado que o texto da ata supra indicada foi previamente distribuído a todos os Deputados Municipais, dispensou-se a sua leitura.-----

**A Senhora deputada municipal Lucinda Saldanha (PPM)** no uso da palavra disse que a ata estava minuciosamente exagerada e que não poderia ficar como estava.-----  
Solicitou que a ata fosse alterada a fim de se tornar mais perceptível.-----

**O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** no uso da palavra disse que corroborava das palavras da Senhora Deputada Lucinda.-----  
Solicitou aos Senhores Secretários da Mesa que, tivessem mais cuidado na elaboração da mesma.-----

**O Senhor Presidente** propôs a revisão da ata para que a mesma se torne mais explícita sem no entanto se alterar o seu conteúdo.-----

De seguida submeteu à votação a ata número três, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por maioria, com votos a favor** de PS, PSD, CDS/PP, MBU, I, CS, APC e **abstenção** de um (1) Deputado do PPM.-----

**A Senhora deputada municipal Lucinda Saldanha (PPM)** fez a seguinte declaração de voto:-----

*"Abstenho-me pelas razões que já expus".*-----

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente informou os Senhores Deputados que de acordo com o Regimento disponham de seis a sete minutos para fazer as suas intervenções.----- Solicitou que os utilizassem da melhor forma.-----

O Senhor Deputado Municipal Luís Saraiva (CDS/PP) no uso da palavra informou aquela Assembleia que, se encontram em aprovação os Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.-----

Partilhou que na sua intervenção em nome da Assembleia Municipal de Mêda, propuseram-se alterações no Estatuto da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, nomeadamente nos seguintes pontos que passou a ler:-----

*“Cabe à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela assegurar a articulação das atuações entre os Municípios que a integram e os serviços da Administração Central nas seguintes áreas”* e por sugestão da Assembleia Municipal de Mêda, acrescentou-se a seguinte área: *“área de desenvolvimento social, cultural, industrial, agrícola, florestal e silvicultura.”*-----

Proseguiu dizendo que no artigo quinto, vários Presidentes de Câmara dos Municípios integrantes, foram unânimes em referir o seguinte: *“recorrer preferencialmente à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela para a prestação de serviços que esta habitualmente preste”*.-----

Mencionou que, novamente por sugestão da Assembleia Municipal de Mêda foi proposto e passou a ler *“Competências do Conselho Intermunicipal — Compete ao conselho intermunicipal: Aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, cujos regimes jurídicos são definidos em diploma próprio, incluindo: plano intermunicipal de agricultura, floresta e silvicultura”*.-----

Partilhou que foram estas as alterações que foram propostas pela Assembleia Municipal de Mêda, e que as mesmas foram aceites por quem está a rever os Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.-----

O Senhor Deputado Municipal António José Prata (PS) no uso da palavra começou por dizer que a sua intervenção antes da ordem do dia prende-se com o 25 de abril.-----

Historiou que o Concelho de Mêda foi um dos últimos Municípios a sair dos Municípios Cooperativistas do Estado Novo para os Municípios de liberdade após o 25 de abril.---- Realçou o facto de este ano se ter assinalado o 25 de abril *“forte e feio”* na Mêda, nomeadamente com conferências na Biblioteca Municipal, no Salão Nobre e no Concelho em geral.-----

São atividades que com a participação das entidades políticas e da população conseguiram que a Mêda fosse dos Concelhos que tiveram essa nobre ideia de comemorar quarenta anos de democracia.-----

Louvou o Executivo Municipal por ter tomado tais iniciativas.-----

Informou que, embora de forma desportiva, também o primeiro de maio será comemorado no Concelho de Mêda.-----

Partilhou que as atividades decorrerão no Complexo Desportivo Municipal, com um encontro de Ténis da Associação de Ténis de Mesa de Viseu e Guarda, que se prolongará por todo o dia.-----

Com a sua intervenção pretendeu enaltecer o espírito vivo de abril, o espírito da democracia, e salientou que todos nós devemos pugnar para que esta mensagem viva, porque cada vez mais, e nós somos um Concelho que estamos a sentir isso, os ideais de abril estão a ser esquecidos.-----

Alongou dizendo que só com o espírito de abril e todos juntos conseguimos levar a cabo um Concelho desenvolvido, um Concelho dinâmico, um Concelho com algum desenvolvimento sustentável.-----

**O Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** no uso da palavra solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que informasse aquela Assembleia dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos pela Comissão Permanente.-----

Constatou que o Senhor Vereador Paulo Amaral já assumiu o seu lugar do outro lado, acabando por ser contratado para fazer parte da equipa que gere o Município.-----

Quis saber se aquando da admissão do Senhor Vereador, o Senhor Presidente tinha em mente evitar o encerramento do Tribunal. Pediu para ser informado sobre o andamento dessa situação.-----

Perguntou ao Senhor Presidente se se preocupou em chamar para a sua equipa aqueles que estavam mais dispostos a colaborar com ele e com o seu Vereador. Quis saber se esse convite foi feito a outros Vereadores, se procurou esse espírito de colaboração de outros Vereadores sem ser por esta via.-----

O Grupo Municipal do CDS/PP entende que esta via aumenta os custos para o Município, e é uma via desnecessária até porque este é um *“casamento por interesse”* entre o PSD e o PS.-----

Questionou se já foi feita a distribuição dos pelouros, e pediu ao Senhor Presidente para informar aquele areópago dessa mesma distribuição.-----

Deu os parabéns ao Município pela Sessão evocativa do 25 de abril.-----

Lamentou o recebimento tardio do convite. Lamentou não ter estado presente e de não ter feito uma intervenção alusiva ao 25 de abril.-----

Questionou o Senhor Presidente acerca das avenças no Departamento Jurídico.-----

Fez saber que através das atas do Município teve conhecimento que terá havido um aumento significativo de cerca de quinhentos ou seiscentos euros de uma avença de um elemento do Departamento Jurídico do Município.-----

Quis saber se, o Senhor Presidente se irá usar da Comunidade Intermunicipal para arranjar esse financiamento ou se é mais um aumento de custos para a Câmara, o que em tempos de crise não lhe parece nada bem.-----

**A Senhora deputada municipal Lucinda Saldanha (PPM)** no uso da palavra disse que tem ouvido na comunicação social que o Governo tem a intenção de fechar 50% das Repartições de Finanças até finais de maio, prevendo-se que a da Mêda também irá encerrar.-----

*Albino*  
*Mun. s.*  
/-----

Recordou uma expressão do Senhor Presidente aquando do encerramento do tribunal, que passou a citar *“que havia pouco a fazer, porque era uma questão de cor política”*.-- Observou que a coligação feita com o PSD parece não ter dado grandes resultados porque o Tribunal vai mesmo fechar.-----

Perguntou se o encontro que o Senhor Vereador Paulo Amaral teve com o Secretário de Estado teve algum resultado.-----

Quis saber o que já foi feito pelas Finanças e o que podemos esperar.-----

Questionou sobre o aumento da Técnica do Departamento Jurídico, uma vez que muito dos funcionários que já trabalham nesta Câmara há dez, doze ou mesmo quinze anos não têm como vencimento esse aumento que a Técnica teve.-----

Disse ser ofensivo e humilhante para os funcionários que nem sequer têm esse ordenado, quanto mais um aumento. Até porque os ordenados na Função Pública nos últimos dois ou três anos têm vindo a diminuir.-----

Indagou quais os lucros que irá ter a comunidade e o Município com este aumento.-----

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** no uso da palavra respondeu ao Senhor Deputado Hermínio que, na Mêda nas últimas Autárquicas foram correntes as trocas de pessoas entre os diversos partidos, e que o acordo assinado no Executivo foi um acordo político assinado à esfera partidária.-----

Disse que a expressão do Senhor Deputado não deixa de ser ofensiva quando diz *“contratualização”*. Entende que foi um acordo transparente, e que faz todo o sentido.-----

Louvou o facto de os dois partidos se terem entendido de forma a dar estabilidade ao Executivo para governar o Concelho.-----

Recordou o Senhor Deputado Hermínio de uma expressão que o CDS/PP utilizara aquando da campanha eleitoral e citou *“que o Tribunal não fechava”*. Disse que, o CDS/PP encontra-se presente no Executivo Municipal e que também faz parte daquela Assembleia, e se o Tribunal não encerrar porque o CDS fez com que não encerre, então cá estarão para *“tirar o chapéu”* ao CDS.-----

Saudou a forma transparente como a coligação foi feita e desejou um bom trabalho.---

**O Senhor deputado municipal João António Zeferino (PSD)** no uso da palavra disse que é importante que toda a gente se lembre que se não houvesse um ato como o 25 de abril, hoje não haveria condições para estarmos aqui. Havia apenas o Governo. E é contra isto que no futuro as populações, principalmente o Interior se deve insurgir, contra as políticas governamentais venham elas de que partido for. Frisou e alertou para o facto de o Interior estar a ser condenado à morte lentamente.-----

Focou que todos construíram aqui as suas vidas, é dos seus interesse que estão a falar, é do interesse das populações, pelo que teremos que trabalhar todos em conjunto.-----

Recordou que na tomada de posse todos, mas todos disseram e citou *“quero o melhor para a Mêda”*, e o melhor para a Mêda não é obstaculizar, é participar.-----

Informou o Senhor Presidente da Mesa que de futuro o líder de Bancada do PSD será o Senhor Deputado Filipe Rebelo.-----

O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra informou que no ano anterior não houve uma cerimónia que fizesse lembrar a importância do 25 de abril. Deu os parabéns ao Executivo por ter tomado a iniciativa de comemorar o 25 de abril não só no Salão Nobre, mas também com todas as atividades inerentes à comemoração do mesmo.

Respondeu ao Senhor Deputado Hermínio Albino que foi comemorado o 25 de abril, e que os convites foram enviados doze dias antes.

Depois dizer dois ou três pontos que devem sempre ser reforçados nesta altura.

Começou por contar que é “filho” do pós 25 de abril e que não sabe o que é viver em ditadura, sem liberdade de expressão, sem pluralismo partidário, sem eleições livres e sem liberdade de escolha.

Na sua memória de infância, recorda um País pobre, atrasado e miserável que a democracia encontrou e que se transformou num País desenvolvido e socialmente mais justo.

Partilhou com aquela Assembleia que há quarenta anos havia dois milhões duzentos e oitenta e três mil e duzentas e trinta e cinco casas por 8,6 milhões de Portugueses e este número diz-nos que mais de metade não tinha água canalizada, apenas setecentas e trinta e sete mil casas tinham casa de banho. Foi o poder autárquico, foram todos os autarcas que passaram por este Município e pelo País que permitiram o saneamento básico, a eletricidade, a água canalizada e que hoje nós podemos honrar e dizer que já é quase a totalidade do País que tem saneamento básico.

Na educação, 25% da população era analfabeta. Hoje orgulhamo-nos e estamos na vanguarda dos países mais desenvolvidos e temos uma taxa de analfabetismo que não chega aos 5%.

Na saúde, somos pioneiros em muitas áreas. Antes do 25 de abril havia sete mil e setenta médicos em Portugal, hoje existem quarenta e três mil oitocentos e sessenta e três. Existiam novecentas e seis consultas por cem mil habitantes, hoje passados quarenta anos de Democracia existem quatro mil cento e setenta.

Nas tecnologias fomos pioneiros na via verde e temos o melhor sistema de multibancos do mundo.

Salientou que devemos sempre lembrar-nos do País que eramos e que o 25 de abril fez essa diferença.

Abordou outra questão, nomeadamente o acordo assinado entre os dois partidos (PSD/PS).

Destacou que desde as eleições o PSD mostrou na pessoa do Presidente da Concelhia diálogo, abertura, tendo dado inclusivamente os parabéns a quem ganhou.

Deu como exemplo o que aconteceu em Alijó, no Porto e em todas as Câmaras deste País onde não houve uma maioria clara de um partido. Referiu não conhecer um Município que governe em minoria.

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Filipe quando disse que um Presidente e um Executivo não podem estar de quinze em quinze dias a pensar como é que vão aprovar um documento. Tem de haver estabilidade.-----

**O Senhor deputado municipal João Sequeira (CDS/PP)** Presidente da Junta de Freguesia do Aveloso, no uso da palavra disse que em relação à construção do muro de suporte da Fonte Salgueiro continua tudo na mesma.-----

Assinalou como positivo o facto de a ponte do Aveloso já se encontrar em adjudicação.

Quis saber o que estava previsto fazer neste ano em relação a essa obra.-----

Lamentou que se continue contra a atribuição de um subsídio por parte da Câmara à Adegas Cooperativas de Mêda. Salientou que é uma instituição que muito ajuda os agricultores, os quais são o suporte do Concelho.-----

Destacou o facto de o Senhor Presidente ser um homem de palavra pelo acha que vai cumprir o que já disse anteriormente em relação a este assunto.-----

**A Senhora deputada municipal Lucinda Saldanha (PPM)** numa interpelação à Mesa para saber se quando se inscrevem antes da ordem do dia é para tratar de assuntos ou para responder aos Senhores Deputados que já fizeram a sua intervenção.-----

Aludiu à intervenção do Senhor Deputado Filipe Rebelo quando disse que o acordo político foi transparente, dizendo-lhe que talvez esteja mal informado uma vez que ela não soube de nada.-----

**O Senhor Vereador César Figueiredo** em interpelação à Mesa para falar em defesa de honra.-----

**O Senhor Presidente** questionou o Senhor Vereador em que ponto considerava que a sua honra foi atacada.-----

**O Senhor Vereador César Figueiredo** respondeu que não sabe se o Senhor Deputado Filipe Rebelo foi para ele que se dirigiu na sua intervenção quando disse e citou “*que havia aí políticos ou candidatos do CDS que tinham prometido o não encerramento do Tribunal*”.-----

**O Senhor Presidente** de seguida pediu ao Senhor Deputado Filipe Rebelo para responder ao Senhor Vereador se se referia a ele em particular.-----

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** respondeu que é uma crítica política a algum partido, mas que não é pessoal.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** em interpelação à Mesa requereu oralmente ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal de Mêda, como deputado municipal esclarecimento ao Senhor Vereador César Figueiredo, se em campanha eleitoral pelo CDS/PP e sendo ele cabeça de lista, se foi ele que disse e citou “*que se eu ganhar, ou se o CDS ganhar o Tribunal não encerrará*”.-----

Após alguma efervescência na sala, **o Senhor Primeiro Secretário da Mesa** procedeu à leitura do Regimento, nomeadamente o número quatro do artigo vigésimo quinto, com o seguinte teor “*É concedida a palavra aos Vereadores para intervir, sem direito a voto, nas discussões, a solicitação do plenário da Assembleia ou com a anuência do Presidente da Câmara ou do seu substituto legal.*”-----

**O Senhor Presidente** submeteu à votação o requerimento feito pelo Senhor Deputado Municipal Hermínio Albino do CDS/PP, tendo a Assembleia deliberado **aprová-lo por maioria**.-----

**O Senhor Vereador César Figueiredo** no uso da palavra começou por dizer que acerca de um ano, quando foi abordada e falada a possibilidade de haver uma candidatura em que ele faria parte com o atual Senhor Presidente da Câmara, renunciou a essa candidatura e não aceitou ir porque estava convicto que através da força política que estavam a representar eram incapazes de evitar o encerramento do Tribunal.-----

Asseverou que só se conseguia evitar o encerramento dos serviços com uma “*cunha*” política em Lisboa, porque há o critério técnico, mas 90% do critério é político, e todos sabem que o encerramento do Centro de Saúde, o encerramento das Finanças tem por base um critério político, não um critério técnico.-----

Ao constatar esse facto disse ao Senhor Presidente - Vereador na altura - que não era importante ganhar as eleições, era importante ganhar as eleições e saber que nós mantínhamos em funcionamento esses espaços públicos e por isso é que foi candidato pelo CDS.-----

Em relação ao Tribunal tinha que haver uma força política e tinha que haver uma delineação, uma estratégia antes das eleições, o que não aconteceu.-----

Comentou que a aliança do PS/PSD é vantajosa para o Tribunal, e entende se o Senhor Vereador Paulo Amaral consiga evitar o encerramento do Tribunal, uma vez que a Ministra é do PSD.-----

Na sua opinião possuímos a melhor estrutura dentro do Distrito da Guarda para ter o Tribunal, pelo que não concorda com o facto de poder vir a ser um Julgado de Paz, ou para execução de penhoras.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra saudou os presentes, para responder às questões que lhe foram colocadas.-----

Esclareceu que a intervenção do Senhor deputado Luís Saraiva tem a ver com os Estatutos da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela da qual o Município de Mêda faz parte e que estão a ser retificados para posteriormente serem aprovados em Assembleia. Esclareceu que tinham que vir obrigatoriamente hoje a esta Assembleia para aprovação.-----

Destacou as sessões solenes, provas desportivas e debates que foram realizados para as comemorações do 25 de abril.-----

Respondeu ao Senhor deputado Hermínio, esclarecendo que foi um acordo político público assinado entre partidos. Se foi um “*casamento de interesses*” como referiu o Senhor deputado, na sua perspetiva foi um “*casamento de interesses*” para o Concelho, para que possamos todos em conjunto, em maioria fazer o melhor para o Concelho.-----

Informou que os pelouros já foram distribuídos pelos Senhores Vereadores, esclarecendo que o Senhor Vereador Paulo Esteves tem o Pelouro das Obras, o

*Albino*  
*Meda*  
9-----

Pelouro da Cultura e Desporto e Modernização Autárquica. O Senhor Vereador Paulo Amaral tem o Pelouro da Proteção Civil, Ambiente e do Turismo.-----

Disse à Senhora deputada Lucinda Saldanha não se recordar se fez a afirmação de que pouco havia a fazer em relação ao encerramento do Tribunal e assegurou que fizeram tudo o que estava ao seu alcance, desde várias audiências a protestos.-----

Relativamente à intervenção do Senhor Vereador César Figueiredo disse não acreditar que seja só por “cunhas” que os Tribunais não encerram. -----

Sobre as Finanças informou que já tiveram várias reuniões com o Senhor Secretário de Estado. Disse que também já marcou uma audiência com o Senhor Secretário dos Assuntos Fiscais.-----

Esclareceu que as duas avençadas que possui o Município, juntas, desde 2009 até 2014 não ganham mais e têm mais dias de trabalho nesta Autarquia do que se gastava desde 2006 até 2009. Sendo assim não aumentou o valor das avenças do Gabinete Jurídico de 2009 a 2014.-----

Em relação às questões colocadas pelo Senhor deputado João Sequeira informou de que tem insistido com o empreiteiro. Tomou nota que a obra ainda não começou. -----

Sobre a ponte do Aveloso informou que já fizeram a candidatura, esperam que seja uma realidade a ter início ainda este ano.-----

Relativamente à atribuição de um subsídio à Adega Cooperativa de Mêda, C.R.L., partilhou com aquela Assembleia que recebeu recentemente um parecer do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, da Procuradoria da República, o qual passou a ler: -----

***“(…)5. Quanto à atribuição de um subsídio à Adega Cooperativa de Mêda para pagamento de um consultor de gestão e à disponibilização de meios humanos, técnicos e de transporte de uvas com viaturas do Município.***-----

*A matéria em questão, caso se entenda e demonstre não se mostrar enquadrada no disposto na alínea b) do nº4 do art. 64º da Lei nº169/99, de 18.09, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11.01. – vigente à data dos factos, e entretanto alterada pela Lei nº75/2013, de 12.09.-, bem como também o disposto nos arts. 13º, nº1, al. N), e 28º da Lei nº159/99, de 14.09. – também vigente à data dos factos e revogada pela Lei nº75/2013- poderá configurar, eventualmente, ilícito criminal, designadamente subsumir-se aos crimes de peculato ou de abuso de poderes previstos na Lei nº34/87, de 16.07. – crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos.*-----

*Assim, nesta parte, será dado conhecimento ao magistrado do Ministério Público junto do Tribunal Judicial da comarca de Mêda para efeitos de eventual instauração de inquérito criminal, se assim for entendido (...).”*-----

**O Senhor Presidente** respondeu ao repto que lhe foi colocado pelo Senhor deputado Hermínio, dizendo que a Comissão Permanente teve como missão preparar, elaborar ou alterar o Regimento da Assembleia Municipal.-----

Informou que isso já foi feito, e que para isso tiveram quatro reuniões, nomeadamente a dezassete de março, a dezoito de março, a catorze de abril e a vinte e oito de abril.---

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Informou que a Comissão chegou ao final dos trabalhos, pelo que estará pronto, em princípio, para ser apresentado na próxima sessão da Assembleia para ser aprovado e consequentemente entrar em vigor.-----

Seguidamente deu por findo o Período de Antes de Ordem do Dia, e informou que se iria passar ao ponto nº1 da Ordem de Trabalhos, o qual consistia na apresentação da informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Meda.-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**Ponto 1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade mais relevante do Município;**-----

**Ponto 2 – Informação nº21- Prestação de contas – Relatório de Gestão 2013;**-----

**Ponto 3 – Informação nº22 – Inventário de Bens do Imobilizado do Município – Exercício de 2013;**-----

**Ponto 4 – 1ª Revisão Orçamental;**-----

**Ponto 5 – Declaração de Compromissos;**-----

**Ponto 6 – Proposta nº9 – Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;**-----

**Ponto 7 – Proposta nº10 – Acordos de Execução para Delegação Legal de Competências nas Juntas de Freguesia;**-----

**Ponto 8 – Projeto de Regulamento para Alienação de Bens Imóveis do Município de Mêda;**-----

**PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

O documento foi previamente distribuído aos Senhores Deputados Municipais-----

**O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra para apresentação da informação escrita, constante no Ponto 1 da Ordem de trabalhos, começou por chamar a atenção para o facto de não virem ainda mencionadas as atividades do mês de abril. Disse que foram realizadas atividades relevantes durante o mês de abril, nomeadamente o Primeiro Seminário sobre Empreendedorismo destinado a jovens e estudantes e numa segunda sessão a empresários.-----

Informou que foi realizada mais uma Feira dos Produtos da Terra, desta vez com mais adesão e com mais participação.-----

Falou ainda do BTT e das Férias Desportivas.-----

Chamou ainda, a atenção para a informação das obras que estão em execução e também para o saldo contabilístico.-----

**O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** no uso da palavra desabafou que vai ser pai recentemente e que por isso já não quer usufruir desse direito, mas deixava um repto aquela Assembleia Municipal.-----

Disse saber que já há Freguesias do Concelho que o estão a fazer, nomeadamente Longroiva e Aveloso, e pediu às várias Bancadas que pensassem, para o futuro, numa forma legal em que o Município possa vir a dar incentivos à natalidade.-----

**O Senhor deputado municipal António José Prata (PS)** no uso da palavra disse que a sua intervenção tem a ver com o facto de querer registar as atividades que estão a ser desenvolvidas no âmbito Municipal do Concelho de Mêda.-----

Realçou acima de tudo uma atividade, que embora não conste da Informação do Senhor Presidente, mas que foi feita esta semana, o Seminário da Inovação.-----  
Partilhou que esteve presente, e informou que constou de duas sessões, uma para jovens e uma outra sessão para empresários, as quais tiveram bastante adesão.-----

A terminar deu os parabéns o Executivo pela iniciativa do Seminário da Inovação.-----

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** no uso da palavra falou sobre o Mercado da Terra, disse ser uma iniciativa muito boa e lembrou que foi feito um grande investimento no passado para a requalificação do Mercado Municipal para efetivamente ter essa abertura e esse desígnio.-----

Solicitou ao Executivo que para além de manterem essa iniciativa, possam replicar e quiçá daqui a alguns meses ou alguns anos possamos ter o Mercado da Terra todas as semanas no nosso Mercado Municipal.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** no uso da palavra questionou o Senhor Presidente da Câmara se já foi negociado o terreno da Zona de Acolhimento Industrial, que foi falado na última Assembleia, e se já foi efetuada essa compra.-----

Quis saber em que ponto se encontra a situação dessa mesma Zona.-----

Questionou se existe um Boletim Municipal.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que em relação à Zona de Acolhimento Empresarial estão a aguardar financiamento para iniciar a obra.-----

Informou que o terreno dessa mesma zona já foi adquirido pelo Executivo, porém ainda não fizeram a escritura.-----

Informou que não existe um Boletim Municipal, mas existe uma Agenda Cultural que sai mensalmente.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** questionou se está a pensar vir a ter um Boletim Municipal.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** retorquiu que já tiveram, e que estão a pensar nisso.--

**PONTO 2 – Informação nº21- PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2013;**-----

**O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra para apresentação do documento disse que se refere à prestação de contas do ano de dois mil e treze. -----

Explanou que no orçamento para dois mil e treze foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental reportado à conta que agora é apresentada, sendo executáveis todas as receitas e despesas dentro dos formalismos legais e de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos termos da Lei.-----

Salientou e chamou a atenção para a percentagem da execução da receita que é de 99% e a da despesa de 89%.-----

Realçou que os documentos previsionais foram elaborados com bastante rigor.-----

**O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** no uso da palavra começou por dizer que muitas vezes somos críticos com o Poder Central, por vezes criticamos as políticas deste País, mas de facto desde que há uma Lei da Finanças mais apertada,

que nos obriga a mais rigor, isso condiciona que quando se fazem os Orçamentos se tenha outro rigor que não se tinha no passado.-----

Congratulou-se com o facto de ver um grau de execução de receitas correntes numa execução orçamental na ordem dos 96%; receitas de capital na ordem dos 97%; as despesas correntes 91,04%; as despesas de capital aproximadamente 85% por cento, o que demonstra que os orçamentos hoje feitos pelos Municípios estão de uma certa forma cabimentados e mais realistas com aquilo que depois se executa e se faz.-----

Congratulou-se por existir um resultado líquido positivo e por o Município encerrar o exercício de dois mil e treze com um resultado líquido de aproximadamente duzentos mil euros, o que demonstra que há rigor nas contas desta Casa.-----

**A Senhora deputada municipal Lucinda Saldanha (PPM)** no uso da palavra alertou para o facto de ter recebido o Certificado Legal de Contas naquele momento e quis saber o porquê de o mesmo não ter acompanhado as contas.-----

Chamou a tenção para as contas apresentadas continuarem a ser feitas sem ter em conta o registo de alguns bens imóveis, tanto em quantidade como em valor, e continuar a ser adotada a contabilidade de custos não podendo ser abordada de forma apropriada a nível de gestão de evolução das contas quer a nível das funções, das atividades, quer dos bens e serviços.-----

Verificou que as contas correntes foram inferiores às despesas correntes em cerca de dois milhões, duzentos e quarenta e três mil euros, o que significa que as receitas correntes continuam a ser insuficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo.-----

Frisou que o orçamento devia prever recursos necessários para cobrir todas as despesas e por isso, as receitas correntes deviam ser pelo menos iguais às despesas correntes. Este desequilíbrio mantém-se sendo que a justificação é sempre a mesma.--

Em relação às receitas de capital, as mesmas ficaram aquém das previstas, existindo um desvio negativo de cento e vinte e sete mil e quinhentos euros.-----

Informou que o total das receitas correntes e de capital ficaram com um desvio negativo de cento e quarenta mil euros.-----

As receitas tiveram uma diminuição de dois mil, duzentos e oitenta e cinco euros em relação ao ano económico anterior. E sem se gerar receitas é normal que também não se possam fazer despesas.-----

Relativamente às despesas, lembrou que continuam a ser feitas exatamente como no ano anterior, a maior percentagem é com o pessoal, 38,53%, ou seja, mais de três milhões de euros foram para funcionários. E já em dois mil e doze foram gastos dois milhões, trezentos e oitenta mil euros, basta ver o gráfico da página quinze.-----

Chamou a atenção para o facto de em dois mil e treze as despesas com pessoal terem crescido significativamente.-----

Só o pessoal, bens e serviços são 88,73% por cento das despesas. Claro que as restantes rubricas ficam com muita pouca verba. A continuar assim qualquer dia estará a Mêda inserida numa micro região em que a maior parte das forças de trabalho

dependem da Autarquia, porque não há outros meios para subsistir, nem outra criação de riquezas.-----

Observou que nas despesas de capital, nomeadamente na rubrica das obras a execução foi de apenas 57,05%.-----

Informou que o total das despesas correntes e de capital terminaram com um saldo negativo de um milhão, duzentos e setenta e dois mil e trezentos euros.-----

Chamou a atenção para a execução, que já muito aqui foi realçada, e que tem um valor bastante alto. E se repararmos para os valores dos orçamentos que foram reduzidos já em dois mil e doze, em cinco milhões, duzentos e quarenta mil euros, para dois mil e treze tiveram outra redução de cinco milhões, quatrocentos e noventa mil euros.-----

A terminar disse que com tão poucas verbas é normal que se faça tudo, se não era sinal que não se tinha feito nada e as verbas ficavam.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** no uso da palavra começou por fazer um reparo à entrega tardia da Certificação de Contas.-----

Chamou a atenção para o equilíbrio orçamental, o qual também o Senhor Presidente referiu e que diz que cumpriu, mas a verdade é que quando analisamos o documento verificamos que houve um agravamento e significativo.-----

Esclareceu que o princípio do equilíbrio orçamental está consagrado no POCAL, logo é Lei, e se analisarmos o mapa na explicação é referido e passou a ler *“conforme se demonstra no mapa anterior o Município de Mêda tem vindo a registar receitas correntes insuficientes para fazer face às despesas do mesmo tipo”*. Explicou que isto acontece porque o equilíbrio orçamental tem a ver com o facto de as despesas correntes serem iguais, no mínimo, às receitas correntes, porque o ideal seria que as receitas correntes fossem superiores às despesas correntes e aí é que o Município estava bem.-----

Comunicou que neste caso a poupança é negativa, de cerca de um milhão, quinhentos e oito mil setecentos e oitenta e cinco euros e trinta e nove cêntimos, portanto não estamos bem em termos de equilíbrio orçamental, estamos a agravar, e se olharmos para os números desde dois mil e oito vemos que há aqui umas oscilações e este é o pior ano deles todos, chamou a atenção para isto.-----

Disse ainda que outra das razões para o agravamento deste equilíbrio orçamental é o custo da dívida, tal como é referido no relatório de gestão. E aqui o custo da dívida é um alerta, é um sinal vermelho Senhor Presidente e Senhores membros do Executivo, porque isto prende-se tudo com o endividamento. Continuou dizendo que este endividamento vem levantar a famosa questão dos quatro milhões de euros. Perguntou se não tivesse existido este empréstimo como estaria a situação das contas da Câmara.-----

Alertou para o facto de, agora este empréstimo de quatro milhões de euros ter um período de carência de três anos. Prosseguiu colocando várias questões tais como findo este período de carência como é que fazemos; os que cá estiverem como é que vão fazer; vão tentar colocá-la para as calendas, chamou a atenção para isso.-----

Focou para os elevados custos com o pessoal, dizendo que apesar da percentagem parecer suave, não é.-----

Alertou ainda para a demasiada dependência das receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado e do Endividamento.-----

Finalmente aludiu às Taxas de Execução, dizendo que até parece que estamos muito bem, mas não.-----

A terminar disse que o orçamento é um documento previsional, porém este foi pobre.-

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** no uso da palavra salientou que afinal a dívida da Câmara Municipal de Mêda não é tão astronómica como em tempos recentes se falava.-----

Reparou com agrado para o facto de a execução estar com números muito bons, e disse que é sempre positivo saber e ver que as pessoas quando se predispõem a fazer conseguem fazer.-----

Deixou uma consideração ao Senhor Presidente da Câmara relativamente ao saldo das contas da Câmara, uma vez que os mesmos são sempre muito negativos, o que na sua opinião é preocupante.-----

Disse estarmos a caminhar para um futuro onde cada vez haverá menos gente no Interior, e se nada for feito, em breve vamos começar a pensar se as Câmaras da forma que estão hoje em funcionamento se fazem ou não sentido. Frisou que é importante repensar este modelo; é importante que se repense esta dívida.-----

**O Senhor deputado Municipal João António Zeferino (PSD)** destacou da Certificação Legal de Contas, uma frase que designou de dilapidadora do Revisor Oficial de Contas e citou “(...) *os montantes de Endividamento Líquido Total do Município e dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo ultrapassam os limites previstos na Lei das Finanças Locais (...)*”. Frisou que ao não se estar a cumprir a Lei está-se a entrar na ilegalidade.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que a Lei das Finanças Locais obriga a uma execução acima dos 80%.-----

Esclareceu que os aumentos com o pessoal dizem respeito à integração do pessoal das Empresas Municipais.-----

Respondeu ao Senhor deputado Hermínio que em relação à dívida, o empréstimo teve apenas como objetivo sanear a dívida e não aumentar a dívida.-----

Destacou que a dívida era no final de dois mil e doze de cerca de seis milhões e meio e que neste momento é de cerca de cinco milhões.-----

Reiterou que com o empréstimo não aumentou a dívida, inclusive até diminuiu.-----

Referiu que a percentagem de despesa com o pessoal é o necessário e que a Lei tem como limite uma percentagem de 60%.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS)** apresentou, diretamente à Mesa, uma declaração de voto que leu de seguida:-----

*“Após a análise do documento de prestação de contas de 2013 e de uma leitura cuidada do relatório de gestão, concluímos que, este Executivo apresenta uns índices*

*Alves*  
*M...*  
*g...*

de execução que à primeira vista, parecem evidenciar uma boa gestão do Município. Acresce ainda o facto de o balanço apresentar um resultado líquido do exercício positivo de quase 295,000€; contudo, interessa referir, entre muitas debilidades, algumas que passamos a enumerar:-----

Primeiro – em termos de equilíbrio orçamental há claramente um agravamento face a 2012 onde se registou uma poupança negativa de 271.375,34€ e em 2013 o valor continua negativo mas agravado para 1.508.785,39€. É por demais evidente que estão a violar o princípio do equilíbrio orçamental de acordo com o POCAL.-----

Segundo – uma das razões apontadas para este desvio é o encargo da dívida. Aqui coloca-se a questão: como estaria a situação financeira da Câmara se não tivesse contraído o empréstimo de 4.000.000,00€? A fotografia seria a mesma? Claro que não Senhor Presidente, e todos sabemos disso!-----

Terceiro – o empréstimo dos 4.000.000,00€ tem um período de carência de 3 anos. Findo este período vai ser necessário renegociar a dívida? Com esta gestão, cujos indicadores e números estão aqui plasmados neste documento, não há perspectivas de poder pagar juros mais o capital em dívida.-----

Estará V.Ex<sup>ª</sup> a hipotecar o futuro de novos Executivos camarários? E, por arrastamento, de gerações vindouras?-----

Finalmente, dizemos-lhe que não colaborámos no orçamento que deu origem a estas execuções.-----

As contas, agora apresentadas, são, em grande parte, da sua responsabilidade porque também era Vereador no anterior Executivo e aproveitamos para alertar para o elevado custo com o pessoal impondo-se a sua redução e um maior e melhor dinamismo da atividade económica no Concelho com vista à obtenção de mais receita.- Por tudo isto, optámos pela abstenção, dando assim um sinal de alguma flexibilidade e tolerância face ao documento aqui apresentado a discussão e aprovação.-----

Meda, 30 de abril de 2014.-----

O Líder do Grupo Municipal do CDS-PP-----  
Hermínio José Costa Albino”-----

O Senhor Presidente disse que não havendo mais inscrições, passariam à votação do documento.-----

**VOTAÇÃO** – a Informação nº21, foi aprovada por maioria, com (1) voto contra, e (9) abstenções.-----

**PONTO 3 – Informação nº22 – INVENTÁRIO DE BENS DO IMOBILIZADO DO MUNICÍPIO – EXERCÍCIO de 2013**-----

O Senhor Presidente no uso da palavra para apresentar o documento informou que é um Inventário elaborado pelos Técnicos da Autarquia.-----

O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP) no uso da palavra disse que em relação a este ponto tinham como intenção aprovar e não fazerem qualquer intervenção, mas quando leram a Certificação de Contas no ponto 7.1 que diz “(...) tal como divulgado na nota 8.2.14 do Anexo às Demonstrações Financeiras não nos foi

possível confirmar o registo de titularidade de alguns bens imóveis que integram ao ativo immobilizado corpóreo do Município”, ficaram com algumas dúvidas. É um alerta que também queria aqui fazer disse a rematar.-----

**O Senhor Presidente** disse que não havendo mais inscrições, passariam à votação do documento.-----

**VOTAÇÃO** – a **Informação nº22**, foi aprovada por maioria, com **(4) abstenções**. -----

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** fez a seguinte declaração de voto:---  
“Votamos a favor deste documento, porque é um documento técnico indispensável para o desenvolvimento do Executivo. E uma vez que também em Executivo foi entendimento de todos os Vereadores votar a favor”.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

“A nossa abstenção é consequência da reserva apresentada pelo Senhor Revisor Oficial de Contas”.-----

**PONTO 4 – 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL;**-----

**O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra para apresentar o documento começou por dizer que esta era a primeira revisão orçamental de dois mil e catorze.---  
Esclareceu que o valor da revisão orçamental é de um milhão novecentos e quarenta e três mil e oitenta e quatro euros.-----

**O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** no uso da palavra disse que no seu entendimento esta revisão orçamental deriva de uma contabilização do saldo de gerência superior a um milhão de euros, portanto era urgente e obrigatório fazer-se.---  
Daquilo que ouvi do Senhor Presidente da Câmara faz-me votar a favor desta revisão orçamental.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** no uso da palavra disse que mais uma vez estamos aqui a reforçar mais dinheiro e para quê. Alertou para o facto de qualquer dia as pessoas que nos estão a ver de fora poderem começar a questionar se valerá a pena; se valerá a pena os dinheiros que andam a gastar.-----

A terminar sugeriu ao Senhor Presidente da Assembleia que de futuro a Assembleia Municipal estipule o seu próprio orçamento, seja votado naquela Assembleia e depois o Município o integre no seu orçamento.-----

**A Senhora deputada municipal Lucinda Saldanha (PPM)** no uso da palavra recordou que fizeram o orçamento há apenas três meses e que já é necessário fazer uma alteração. Isso revela que realmente foram bem feitas as previsões.-----

Estranhou o reforço de um milhão, cento e quarenta e três mil, uma vez que não houve aumentos de seguros, transportes, combustíveis e tão pouco de luz.-----

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** no uso da palavra disse que, aquilo que não é curial é que passados três meses já se estar a fazer uma revisão orçamental. Informou que sobre este ponto vão fazer como fizeram no passado em relação ao orçamento, e vão abster-se na votação porque entendem que assim este Executivo terá uma margem para trabalhar pelo que não vão obstaculizar.-----

O Senhor Presidente disse que não havendo mais inscrições, passariam à votação do documento.-----

**VOTAÇÃO** – a 1ª Revisão Orçamental, foi aprovada por maioria, com (10) abstenções.-----

**PONTO 5 – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS;**-----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra para apresentar o documento começou por dizer que deriva de uma exigência da Lei dos Compromissos, e explicou que as verbas que passem de um ano para o outro terão que ter uma autorização.-----

O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS) disse que é uma obrigatoriedade legal e que por essa razão não vê outra forma de se votar sem ser a favor.-----

O Senhor Presidente disse que não havendo mais inscrições, passariam à votação do documento.-----

**VOTAÇÃO** – a Declaração de Compromissos, foi aprovada por maioria, com (5) abstenções.-----

O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD) fez a seguinte declaração de voto:---  
“Dizer apenas que é uma norma legal que emana da Lei e nesse sentido não estamos aqui para obstaculizar pelo que votamos a favor”.-----

**PONTO 6 – Proposta nº9 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS;**-----

O Senhor Presidente disse que uma vez que não havia inscrições, passariam à votação do documento.-----

**VOTAÇÃO** – a Proposta nº 9, foi aprovada por maioria, com (5) abstenções.-----

**PONTO 7 – Proposta nº10 – ACORDOS DE EXECUÇÃO PARA DELEGAÇÃO LEGAL DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA;**-----

O Senhor Vice-Presidente no uso da palavra para apresentar a proposta explicou que o acordo baseia-se fundamentalmente em três aspetos que passou a mencionar: gerir e assegurar a manutenção dos espaços verdes; assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão.-----

Informou que o critério encontrado foi a atribuição de um valor fixo a cada uma das freguesias no valor de seis mil euros e que o remanescente será atribuído de acordo com a área geográfica de cada uma das freguesias.-----

Frisou que o valor total a atribuir às freguesias será de cento e cinquenta mil euros. ---  
Chamou a atenção para a única exceção que é o caso da Mêda, no que diz respeito aos espaços verdes que são do Município, pelo que está excluída essa cláusula.-----

O Senhor deputado municipal Cláudio Rebelo (PS) no uso da palavra disse que isto torna as coisas mais claras e se no passado muitas vezes não se sabia quais eram os critérios de atribuição por parte da Autarquia às Juntas de Freguesia isso agora não acontece, os mesmos encontram-se bem definidos.-----

Congratulou-se com o aumento do valor de atribuição para as Juntas de Freguesia para mais do dobro.-----

**O Senhor deputado municipal Hermínio Albino (CDS/PP)** no uso da palavra começou por alertar os Senhores Presidentes de Junta para a Lei dos Compromissos.-----

Sublinhou que devem estudar bem as responsabilidades decorrentes da Lei, porque está em causa a responsabilidade civil e criminal dos mesmos na execução dessas verbas.-----

Aconselhou os Senhores Presidentes de Junta a esclarecem-se, a informarem-se, que vejam bem onde se metem e o que é que vão assinar.-----

**A Senhora deputada municipal Lucinda Saldanha (PPM)** no uso da palavra disse que estas competências que estão agora a ser delegadas às Juntas de Freguesia já eram realizadas anteriormente por elas, nomeadamente a manutenção de espaços verdes, a limpeza e reparação de imobiliário urbano, pelo que não vê grandes alterações.-----

**O Senhor deputado municipal Filipe Rebelo (PSD)** no uso da palavra lembrou que no anterior mandato quando naquela Assembleia se falou na possibilidade da fusão de freguesias, alertou que era bom que todos chegassem a um entendimento.-----

Asseverou que se tivessem chegado a um acordo sobre esse assunto hoje certamente teriam não só mais uma freguesia, mas também os Senhores Presidentes de Junta teriam mais algum dinheiro disponível.-----

Disse que concorda muito com o método que foi escolhido, mas deixa a ressalva de que se tivessem chegado a um entendimento no anterior mandato hoje tinham mais algum dinheiro.-----

**O Senhor deputado municipal António José Prata (PS)** no uso da palavra disse que a sua intervenção neste ponto tem a ver com o facto de que é obrigação decorrente da lei.-----

Referiu os dois critérios criados para a atribuição das verbas e explicou que existe um valor igual para todos, acrescido da área geográfica.-----

Em relação ao critério designada área geográfica na sua opinião pode ser melhorado, porque há áreas onde o relevo é extremamente complicado e deu como exemplo as freguesias de Fontelonga, Longroiva, Outeiro de Gatos e Aveloso, são zonas de encostas para rios ou para a falha tectónica de Longroiva.-----

Informou que os espaços verdes e as ruas da Mêda há muito tempo que são tratados e limpas pelo Município.-----

Aludiu à intervenção do Senhor deputado Filipe Rebelo dizendo que de facto perdeu-se uma freguesia por teimosia, esclareceu que foi a freguesia rural de Outeiro de Gatos que de um dia para o outro passou a urbana.-----

**O Senhor Presidente da Câmara** no uso da palavra aludiu à intervenção da Senhora deputada Lucinda e confirmou que no fundo as competências são as mesmas exceto o arranjo dos caminhos. -----

Esclareceu que este protocolo é uma obrigatoriedade que emana da Lei, e que é uma forma legal de atribuírem verbas também para o arranjo desses caminhos, passando essa responsabilidade a partir de agora a ser dos Senhores Presidentes de Junta.-----

**O Senhor deputado Municipal Olímpio Pedro (MBU)**, Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento disse que de facto não tinham essa responsabilidade mas que a cumpriam e muitas vezes substituía-m-se à Câmara. Informou que durante muitos anos investiram mais do que o que lhes era dado para o arranjo dos caminhos.-----

Portanto se agora formos compensados e até conseguirmos fazer um pouco melhor com esta verba, estamos satisfeitos com isso.-----

A terminar disse que gostariam de continuar a contar com o apoio da Câmara, nomeadamente com a máquina ou com o camião.-----

**O Senhor Presidente**, seguidamente, deu por encerrada a reunião.-----

Eram doze horas e cinquenta e cinco minutos.-----

  
\_\_\_\_\_  
João Paulo Pacheco da Guerra Amaral Gonçalves  
António Oscar Dias de Azevedo Ságuas